A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Exmo. Sr. Presidente deputado Carlos Giannazi, é um prazer ver Vossa Excelência. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público que nos assiste, funcionários desta Casa, eu queria cumprimentar também o deputado Reis. Muito obrigada por tudo, pela força que tem dado para a gente.

Sr. Presidente, eu já perdi a conta de quantas vezes eu já vim a esta tribuna para falar sobre a importância da educação e defender a qualidade do ensino, a escola pública e os professores, V. Exa. é testemunha disso.

Eu vou continuar fazendo isso, porque tenho convicção de que a Educação não é nem o melhor caminho, mas sim o único caminho que a gente tem para ter um país em desenvolvimento, para que a cidadania seja plena para todos e todas. Por isso me preocupa muito o que está acontecendo no estado de São Paulo quando se fala em Educação.

Todos os dias, nas últimas semanas, a gente sabe que a questão da Educação está na pauta. Sempre está, mas infelizmente de forma negativa.

Informações de que diretores estão sendo orientados a vigiar professores nas salas de aula; eliminação de livros didáticos sem explicação; digitalização total dos métodos de ensino, que vai contra as orientações da Unesco; instalação automática de aplicativo em celulares de alunos e professores sem autorização, que está ferindo a lei geral de proteção de dados.

Tem investigação do Ministério Público, que instaurou inquérito para investigar a decisão de São Paulo de abrir mão da verba de 120 milhões no Programa Nacional do Livro Didático do MEC, destinada para a compra de livros impressos. A mais recente notícia veio nesta terça-feira. Segundo o jornal "Folha de S. Paulo", o governo de São Paulo vai comprar livros digitais sem licitação.

Diante de tanta informação e decisão que são questionáveis, é urgente que o governo de São Paulo e a Secretaria de Educação exponham, de forma transparente, o que está acontecendo e falem sobre o plano de Educação para o estado.

É inadmissível que o estado de São Paulo coloque em risco a formação de milhões de crianças e jovens em nome de interesses outros que não sejam os do povo de São Paulo. Essa é a nossa posição em relação a tudo o que está acontecendo na Educação.

Infelizmente, mais uma vez eu não posso deixar de expressar aqui a minha tristeza e indignação com a violência que atingiu mais uma das nossas. A líder do Quilombo Pitanga dos Palmares, Yalorixá e ex-secretária de Promoção da Igualdade Racial de Simões Filho, que fica na Bahia, Maria Bernadete Pacífico, foi assassinada na noite desta quinta-feira, dia 17.

Ela é mãe de Flávio Gabriel Pacífico, conhecido como Binho do Quilombo, também assassinado há quase seis anos, no dia 19 de setembro de 2017.

Há denúncias gravíssimas de que Bernadete foi assassinada pelo mesmo grupo responsável pela execução de seu filho, e que as lideranças das comunidades quilombolas e terreiros de Simões Filho são ameaçadas permanentemente por grupos ligados à especulação imobiliária, interessados em tomar territórios que não pertencem a eles.

Situações como estas são recorrentes, e é preciso que esse país dê um basta nisso. O povo negro tem que ser respeitado. Tem direitos, são cidadãos e cidadãs brasileiras.

Chega, chega de violência. A gente não suporta mais. A gente não aguenta mais. É muito ruim que todas as vezes que a gente venha a esta tribuna sempre tem uma pauta, sempre tem uma fala de coisas que a gente acha que não vão existir mais no país, mas, infelizmente, ainda acontece.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Muito obrigado, deputada Leci Brandão. Muito importante essa intervenção, denunciando o descaso com a Educação do estado de São Paulo, e quero dizer a V. Exa. que nós conseguimos derrubar, através de uma ação popular do nosso mandato, do nosso coletivo Educação em Primeiro Lugar, essa decisão do governo estadual em retirar o livro didático das escolas estaduais.

E hoje nós tivemos mais uma boa notícia, deputada Leci Brandão. Por conta também da nossa ação popular no TJ, o governo recuou de comprar sem licitação o livro digital, que era uma verdadeira aberração. Parabéns pela vossa intervenção.

Com a palavra o deputado Reis, para uso regimental da tribuna.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Presidente, eu volto a esta tribuna, porque eu quero repercutir as prisões que se deram hoje em Brasília. Comando da Polícia Militar de Brasília, comandante, coronel Klepter Rosa Gonçalves, o ex-comandante, coronel Fábio Augusto Vieira e mais outros cinco oficiais, que foram presos por determinação do Supremo, e por pedido da Procuradoria-Geral da República.

A cúpula da PM apostava em insurgência popular para manter Bolsonaro no poder, diz a Procuradoria-Geral da República. É notícia na "Folha de São Paulo" de hoje, e que na hora que você lê essas matérias, você fica estarrecido. A que ponto chegou a cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal. Não é soldado, não, nem o cabo, nem o sargento, é a cúpula, o alto comando.

"A Procuradoria-Geral da República afirma que a cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal estava 'contaminada ideologicamente', e que estava em uma insurgência popular".

Quer dizer, apostava em uma insurgência popular para que o PL fosse mantido no poder. Olha que aberração, presidente. Olha o que pensava o comando da Polícia Militar do Distrito Federal. Isso por conta dessas notícias falsas, essas fake news que ficam circulando nos celulares o tempo todo.

"As afirmações estão no pedido da Procuradoria-Geral da República para prisão de integrantes da cúpula da PM do Distrito Federal. Também são alvos do mandado de prisão o ex-comandante, Fabio Vieira, além de Paulo José Ferreira Souza Bezerra, Marcelo Casimiro Rodrigues e Rafael Pereira Martins", policiais em operações que miram PMs do DF por omissão nos ataques de oito de janeiro.

"Além das diligências, outros integrantes da cúpula da PM à época do oito de janeiro foram denunciados pela PGR, sob suspeita de omissão no dia dos ataques aos prédios dos três poderes. Segundo a PGR, a investigação constatou que integrantes do comando da PM se mostraram adeptos 'de teorias conspiratórias sobre fraudes eleitorais, e de teorias golpistas' ".

É fato que na Polícia de São Paulo nós tivemos um caso também, Sr. Presidente. Nós tivemos um caso, mas o governo agiu com muita energia, para que não chegasse nas condições que chegou a Polícia Militar de Brasília.

"Como exemplo, a Procuradoria elenca mensagens trocadas entre os policiais no período eleitoral. Nelas, os integrantes da cúpula da PM disseminaram notícias falsas" - olha o que acabei de falar, as fake news - "com viés golpista e também teses conspiratórias sobre fraudes em urnas eletrônicas.

'Contextualize-se que as desinformações que circulavam entre o alto oficialato da PMDF demonstravam expectativa de mobilização popular para garantir Bolsonaro no poder, em desrespeito ao resultado das eleições presidenciais', diz a PGR.

Um dos conteúdos citados pelos investigadores é um vídeo sobre suposta fraude nas urnas enviado por Rodrigues ao então comandante da PM Fabio Vieira. Mesmo se tratando de notícia falsa, Vieira afirma que 'a cobra iria fumar'."

E a cobra, hoje, fumou. Tanto fumou que ele está em cana.

"Em 1 de novembro, Rodrigues envia outra mensagem para Vieira com um quadro sobre alternativas para sucessão presidencial. Entre as apontadas estão a aplicação do Art. 142 da Constituição Federal, uma intervenção militar e uma intervenção federal por iniciativa militar.

Dias depois, em 6 de novembro, os dois PMs conversam novamente sobre um vídeo em que uma pessoa fala da entrega do 'relatório final das eleições' e suposto pedido de anulação do pleito.

Vieira, diz a PGR, teria respondido que 'assim não vai passar' e pontuou na mensagem que os órgãos eleitorais tiveram o 'descaramento de fraudar que em uma urna um candidato somente tenha recebido zero votos'.

'Do comentário derradeiro de Fabio Augusto Vieira extrai-se a conclusão de que os interlocutores trocavam as mensagens por serem adeptos de teorias conspiratórias sobre fraudes eleitorais, ansiando por providências que pudessem levar à subversão do resultado das urnas', diz a PGR.

De acordo com a Procuradoria, o 'estado anímico' dos policiais militares 'refletia os anseios de uma parcela minoritária da população brasileira',

Igualmente insatisfeitos com o resultado da eleição presidencial, milhares de indivíduos se juntaram aos acampamentos instalados em frente aos quartéis do Exército Brasileiro, em diversas unidades da Federação e notadamente em Brasília. Tais sujeitos insuflavam as Forças Armadas à tomada do poder."

Veja só, Sr. Presidente, como se deu todo esse processo, essa transição do governo anterior. E muita coisa ainda vai acontecer. E a cobra, sim, vai fumar para muita gente que operou o tempo todo para dar o golpe.

Fascistas, golpistas, não passarão!

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Muito obrigado, deputado Reis. Chamo V. Exa. para continuar conduzindo esta sessão.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

* * *

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Reassumindo a Presidência, chamo o próximo orador, o deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Reis, de volta à tribuna no dia de hoje, quero aqui dizer que o governo Tarcísio e o seu secretário Renato Feder, dono da Multilaser, secretário da Educação, recuaram mais uma vez, por conta da nossa ação popular protocolada no Tribunal de Justiça há alguns dias.

Foi o segundo recuo do governo, a segunda derrota desse governo, que pretendia retirar o livro didático das escolas estaduais, penalizando mais de um milhão de alunos do ensino fundamental, do sexto ao nono ano do ensino fundamental.

O próprio governo já anunciou que faria o mesmo com o ensino médio, logo em seguida. Um verdadeiro crime de lesa-educação para a rede estadual de ensino.

Nós fomos ao Ministério Público com uma representação e com uma outra representação na Defensoria Pública. Quando eu digo "nós" estou me referindo aqui ao nosso coletivo Educação em Primeiro Lugar, que é constituído pelo meu mandato aqui na Assembleia Legislativa, pelo mandato da deputada federal Luciene Cavalcante, que é professora, supervisora de ensino aqui de São Paulo, e do nosso vereador Celso Giannazi na Câmara Municipal.

Então nosso coletivo teve essas duas iniciativas, Defensoria Pública, Ministério Público, ambos acataram as nossas representações e ingressaram com o inquérito civil, mas nós também fomos ao Tribunal de Justiça com uma ação popular pedindo uma liminar para a anulação do ato administrativo da Secretaria da Educação em retirar o estado de São Paulo do Plano Nacional do Livro Didático.

Fomos atendidos, Sr. Presidente, ganhamos uma liminar. O governo recuou imediatamente e anunciou que vai manter o livro didático. Então foi uma vitória importante essa manutenção.

O livro vai continuar sendo distribuído na rede estadual, nosso aluno da rede estadual vai continuar tendo um livro na escola, na sua casa, o livro é fundamental para a aprendizagem do aluno.

Mas a nossa ação popular vai além, Sr. Presidente. Nós também questionamos a improbidade administrativa da intenção do governo em comprar livros digitais que iriam substituir os livros físicos, sem licitação ainda por cima. E qual era a improbidade? Não era só por conta de não ter licitação, mas porque haveria um custo adicional.

Se nós já temos o livro, o livro físico, que é o livro que o aluno utiliza nas escolas, esse livro é fundamental, então o governo iria gastar mais, sei lá, 200 milhões de reais com essas empresas digitais, com essas plataformas com as quais ele tem feito vários contratos nessa linha, e sendo que você já tem o livro, então seria, com certeza, um crime de improbidade administrativa.

O governo também agora recuou, saiu hoje, está aqui na "Folha de S. Paulo", vamos mostrar, é a matéria da capa da "Folha de S. Paulo" de hoje: "Gestão Tarcísio sofre série de reveses no plano de digitalizar ensino.

O governo de São Paulo rescindiu o contrato para a compra de livros de literatura virtuais um dia depois de anunciar a volta ao programa do MEC que fornece material pedagógico impresso".

É lógico, tem que fazer isso. E a nossa ação popular no Tribunal de Justiça, do nosso coletivo Educação em Primeiro Lugar foi fundamental, Sr. Presidente, então eu quero mostrar também a nossa ação popular que está aqui, que entra nesse tema também.

Nós conseguimos duas vitórias consecutivas, primeiramente, aqui, a nossa ação popular, dos nossos três mandatos, da Luciane Cavalcante, deputada federal, do meu mandato aqui na Assembleia Legislativa, e do vereador Celso Giannazi, da Câmara Municipal.

Nós conseguimos uma vitória importante com essa ação popular, conseguindo que os alunos tenham o livro didático. Livro didático, Sr. Presidente, é importante, o aluno precisa do livro didático.

E, ao mesmo tempo, nós conseguimos impedir que o governo comprasse sem licitação, isso que é grave, Sr. Presidente, sem licitação. Livros digitais que a gente nem sabe quais seriam os critérios, quem estaria escolhendo esses livros, porque não são esses livros digitalizados, são outros. Ninguém sabe exatamente, porque nem licitação haveria.

Então queria dividir aqui, Sr. Presidente, compartilhar essas duas vitórias consecutivas em dois dias: ontem a volta atrás em relação ao livro didático, o governo foi derrotado e nós vencemos, o livro didático fica. E agora também conseguimos impedir esse gasto desnecessário, esse crime de improbidade administrativa anunciado pelo governo.

E eu já tinha denunciado aqui na tribuna na semana passada, Sr. Presidente, esse crime de improbidade. Enfim, é uma vitória e nós vamos continuar fiscalizando o governo, fiscalizando os contratos da Secretaria da Educação, até porque, deputado Reis, o governo está ameaçando reduzir o orçamento da Educação de 30% para 25 por cento.

Então como ele faz um gasto desnecessário se vai reduzir o orçamento? Está dizendo que tem muito dinheiro na Educação. Olha o absurdo, a contradição desse governo.

Sr. Presidente, vamos continuar fiscalizando, acompanhando todas as compras. O dinheiro da Educação tem que chegar lá na ponta, no aluno, no professor, no agente de organização escolar, na direção da escola.

Não podemos tolerar indícios de corrupção, de fraudes em licitações. Queremos investigar a FDE, aqueles contratos que são feitos com as empresas, Sr. Presidente. Então é isso.

Mas eu vim mais para compartilhar essas duas vitórias do nosso coletivo, dos nossos mandatos, mas que é a vitória de toda a população do estado de São Paulo, e sobretudo da rede estadual de ensino.

Para concluir, Sr. Presidente, não posso deixar de registrar, mais uma vez, porque eu já fiz essa denúncia, mas vou fazer novamente. Sr. Presidente, o governo estadual está aqui inovando, ele não sabe como mais penalizar os servidores da Educação e os aposentados e pensionistas. Ele parece que fica maquinando uma forma de prejudicar os nossos servidores da ativa e também os aposentados e pensionistas.

Quero dizer que tivemos o reajuste do Piso Nacional Salarial, que é imposto por uma lei federal, cujo valor hoje é de 4.420 reais e 55 centavos, com 40 horas semanais. Ou seja, o professor trabalha o dia todo, o piso é esse, o Piso Nacional Salarial. Esse é o piso. O Governo do Estado, para chegar nesse piso, em muitos casos, ele não paga no salário-base. Ele inventou um abono complementar que é ilegal.

Se o professor não chega nesse valor, se ele ganha 3.800 reais, o Governo complementa isso, mas por meio de um abono complementar, que é proibido, que não pode, está na lei. Mas ele faz, é um governo fora da lei. Ele dá um abono complementar para que não haja incorporação no salário-base do professor, é uma jogada, Sr. Presidente, perversa do governo.

Aí tivemos o reajuste dos servidores. Inclusive, o projeto foi aprovado aqui, V. Exa. se lembra. Nós apresentamos emendas elevando os valores, porque 6% não repõe nem a inflação.

Mas mesmo com a aprovação de 6%, o que o governo está fazendo? Olha a crueldade, Sr. Presidente, a perversidade desse governo em relação aos servidores da Educação, aos aposentados e pensionistas.

Então ele desconta esses 6%, ele dá os 6%, mas diminui o valor do abono. Ou seja, o professor não tem reajuste nenhum. É um absurdo isso, porque ele não leva em conta a questão, Sr. Presidente, o abono não compõe a base de cálculo, ou seja, os 6% que foram aprovados aqui incidem no salário-base, mas sem o abono. Então não tem aumento para esse professor, para esse aposentado e para esse pensionista.

É um golpe, é uma afronta, é uma perversidade do governo Tarcísio contra os profissionais da Educação que estão na ativa, e também contra os aposentados e pensionistas, Sr. Presidente.

Existem já ações judiciais da Udemo. Eu sei que a Udemo já entrou com uma ação judicial contra essa medida. Estamos pressionando o governo a rever esse procedimento, que é ilegal, afronta a legislação.

Que providências sejam tomadas e de fato haja a reposição salarial desses profissionais da Educação que estão na ativa e dos aposentados e pensionistas. Estamos tomando também outras medidas nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem, deputado Carlos Giannazi. Parabéns pelas vitórias conseguidas, vitórias significativas para a nossa população e, principalmente, para a Educação.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão. Tenham todos uma boa tarde.

* * *

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 45 minutos.

* * *

## 21 DE AGOSTO DE 2023
## 85ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI e REIS

## RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - REIS
Assume a Presidência.
4 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - CONTE LOPES
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
8 - PRESIDENTE REIS
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 22/08, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

- Passa-se ao

## PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Iniciamos, então, a lista de oradores do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Reis, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. REIS - Boa tarde, presidente, já estou aqui a postos. Quero cumprimentar todos os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Penal, da Polícia Militar e da Polícia Técnico-científica; também todos os funcionários desta Casa, os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas que se encontram em seus gabinetes, mas que estão nos assistindo pela TV Alesp; e todos os cidadãos e cidadãs que estão em suas residências, nos seus afazeres e nos acompanham no dia a dia, acompanham esta Casa de Leis.

Sr. Presidente, hoje é o aniversário do Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt, o IIRGD, da Polícia Civil de São Paulo, o maior da América Latina. Lá, são expedidos os registros gerais, atestados de antecedência criminal, além do trabalho dos policiais, que auxiliam na identificação de pessoas por meio de digitais.

Até 1902, a identificação dos cidadãos era constituída basicamente de fotografia. A partir de 1904, o processo de identificação passou a basear-se na antropometria, apresentando fotografias de frente e de perfil do identificado e impressões digitais de quatro dedos como elemento secundário. Em 1907, a datiloscopia passou a ser o processo principal, realizando a coleta das digitais das duas mãos.

Nestes 119 anos, o RG sofreu modificações para suprir as exigências da identificação. Hoje, é um dos documentos mais importantes para o brasileiro.

Ricardo Gumbleton Daunt, que nasceu em 27 de fevereiro de 1894, em Casa Branca, no interior de São Paulo, e morreu em 17 de fevereiro de 1977. Por muitos anos foi diretor do Serviço de Identificação do Estado de São Paulo. Idealizando e criando, nesta repartição, os laboratórios de Antropologia Criminal, Odontologia Legal, Química Legal, o arquivo monodatilar e o arquivo datiloscópico, totalmente reestruturado com as Mesas Dante. Foi inspirador da instituição do registro criminal do Estado, da seção de passaportes, da biblioteca e da sessão de identificação de estrangeiros.

Foi o criador das chamadas Mesas Acácio Nogueira, destinadas ao registro de impressões digitais. Em 1938, Ricardo Gumbleton Daunt revolucionou o setor de identificação, dividindo-o em quatro fases: fotografia, antropometria, datiloscopia e aplicação de vários recursos da ciência da identidade.

O IIRGD, por meio da análise de fragmentos encontrados em locais de crimes, perícias e coleta desses materiais, entre eles, desenhos papilares de palmas das mãos, pontas dos dedos, plantas dos pés, confronta impressões de recém-nascidos, com o objetivo de identificar suposta troca ou sequestro na maternidade.

Além disso, o IIRGD também opera equipamentos eletrônicos ou informatizados que auxiliam nesses trabalhos, e manuseiam elementos e reagentes químicos.

Cuida do arquivamento e da utilização de imagens, armazenando ainda as informações que compõem os bancos de dados das delegacias e institutos médicos legais do Estado.

Em suma, o trabalho realizado pelos profissionais do IIRGD e do Instituto de Criminalística são de vital importância para o auxílio nas investigações.

Hoje à noite nós teremos aqui uma sessão solene, que foi chamada pelo deputado Delegado Olim, para homenagear, para comemorar essa data tão importante, desse Instituto de Identificação, que tem um trabalho extraordinário na elucidação de crimes, na identificação de pessoas, para o estado de São Paulo.

Parabéns a todos os funcionários que trabalham no IIRGD: delegados de Polícia, investigadores de Polícia, escrivães de Polícia, papiloscopistas policiais, auxiliares de papiloscopistas, auxiliares administrativos.

Todos aqueles e aquelas, aqueles trabalhadores e aquelas trabalhadoras que trabalham, diuturnamente, para o crescimento, para o desenvolvimento, para as apurações, para os resultados, na elucidação de crimes, e a garantia de uma Segurança Pública de qualidade.

Parabéns, Sr. Presidente.

Parabéns a todos.

Hoje à noite, estaremos aqui para comemorar essa data tão importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Eu que agradeço, deputado Reis. Convido V. Exa. para continuar presidindo esta sessão.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

* * *

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Assumindo a Presidência deste Pequeno Expediente, vamos chamar o próximo orador. Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputada Solange Freitas. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente deputado Reis, deputados e deputadas, telespectador da TV Assembleia.

Sr. Presidente, eu estive, neste último sábado, em trabalhos do nosso mandato na região de Santa Cruz do Rio Pardo.

E, lá, Sr. Presidente, tive vários encontros com professores da rede estadual, das redes municipais, e também com os professores e as professoras da Etec Orlando Quagliato, Sr. Presidente, que é uma Etec importante naquela região de Santa Cruz do Rio Pardo, que atende os alunos de Santa Cruz, mas também de toda a região.

No entanto, Sr. Presidente, em conversas com os professores e com a comunidade, com os pais de alunos, nós tivemos a informação de que essa Etec está funcionando - já há muito tempo, há alguns anos - em uma escola, em um prédio de uma escola estadual, dividindo o prédio de uma escola estadual, funcionando em uma situação extremamente precarizada.

Mas, eu pensei, "por que será que o Centro Paula Souza não constrói um prédio na cidade, não consegue uma instalação?", e fui informado, Sr. Presidente - e eu fiquei mais chocado -, que dois prédios foram disponibilizados para o Centro Paula Souza, um prédio que era a antiga Diretoria de Ensino da Região de Ourinhos, que ficava em Santa Cruz do Rio Pardo, e tem outro prédio enorme.

Tenho até a foto dos dois prédios que foram disponibilizados, e que precisam, logicamente, de reformas para que possam abrigar essa importante Etec da região.

Esse é um dos prédios disponibilizados, parece que pela prefeitura. A prefeitura disponibilizou o prédio, deputado Conte Lopes, olha só - isso há muito tempo. Esse é um prédio, e esse é o outro prédio da antiga diretoria de ensino, que está desativado.

Ou seja, dois prédios públicos desativados, que foram disponibilizados para o Centro Paula Souza reformar e levar a sede dessa Etec para esses espaços, dando condições adequadas de trabalho e de aprendizagem para os alunos da região, mas nada disso aconteceu até agora, Sr. Presidente.

O Centro Paula Souza está cometendo uma grande improbidade administrativa, prédios disponibilizados e omissão do Centro Paula Souza em ofertar aos nossos alunos e professores condições adequadas de trabalho e de aprendizagem.

Isso tem acontecido também em outras regiões, Sr. Presidente, nós estamos assistindo e apoiando a greve dos professores das Etecs e Fatecs do estado de São Paulo, que estão em luta pela revisão da carreira, pelo fim da superlotação, pela terceirização... São vários os pontos da pauta, que eu já, inclusive, anunciei aqui na semana passada na tribuna da Assembleia Legislativa.

O que também me deixa mais chocado, Sr. Presidente, é que a superintendente do Centro Paula Souza é a mesma há muitos anos, deputado Conte Lopes, deputado Reis, a Laura Laganá.

Ela está lá há muitos anos, entra governo, sai governo, e ela continua, sem alternância, sem mudança. Para mim, parece que o Centro está totalmente engessado, ele não cresce.

Ele não tem investimento governamental, isso é um fato, e todos os anos eu apresento emendas ao Orçamento, nós denunciamos isso aqui no plenário, nas comissões, que tem que investir mais recursos no Centro Paula Souza, que é o responsável, através das nossas Etecs e Fatecs, pela oferta do ensino técnico e tecnológico do estado de São Paulo.

Inclusive, junto com o ensino médio, é uma instituição importante do estado de São Paulo, porém ela tem que receber o investimento adequado.

Agora, nada justifica essa omissão, essa improbidade administrativa, Sr. Presidente. Isso é um descaso do Centro Paula Souza com os nossos alunos da região de Santa Cruz do Rio Pardo.

Essa Etec não tem um prédio próprio, ela funciona em uma escola estadual, divide o prédio de uma escola estadual, em condições extremamente precarizadas de funcionamento. Isso é um absurdo total.

Então, você de um lado tem dois prédios disponibilizados, a prefeitura disponibilizou um prédio, mostrei aqui a foto, o estado disponibilizou outro prédio, que era uma antiga... Tem que reformar o prédio, tem que tomar as providências em relação a isso.

E a superintendente é a mesma há muitos anos, é um absurdo total. É uma omissão do estado, é uma omissão do Centro Paula Souza, e quem paga o preço são os alunos, os professores e os funcionários do Centro Paula Souza.

Nós vamos, Sr. Presidente, acionar o Ministério Público e o Tribunal de Contas, aqui pela Assembleia Legislativa, porque isso caracteriza um descaso com o patrimônio público e, sobretudo, com o acesso dos nossos alunos ao ensino técnico do estado de São Paulo, que é um direito garantido, está lá na LDB também, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.